



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso no encerramento do XXV Curso
de Formação Profissional de Agente de
Polícia Federal*

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, BRASÍLIA, DF,

12 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Ministro Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhores Embaixadores que nos dão a honra da companhia; Senhor Diretor do Departamento da Polícia Federal, Dr. Vicente Chelotti; Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Senhores Superintendentes da Polícia Federal; Senhor Diretor da Academia Nacional de Polícia, Dr. Sérgio Fidelis Brasil Fontoura; Senhores Formandos; Senhoras e Senhores;

Quero, em primeiro lugar, agradecer as palavras do Dr. Chelotti e do Ministro Jobim e dizer-lhes da minha satisfação de estar aqui e de saber que, em 32 anos de existência, é a primeira vez que um Presidente da República vem presenciar esta solenidade.

Isso me apraz, assim como senti satisfação ao poder estar, recentemente, na Agência Brasileira de Informações, onde estávamos, também, participando de um ato em que se formavam agentes de inteligência. E lhes digo por que me apraz. Apraz-me porque é um sinal de um Brasil democrático, de um novo Estado brasileiro, no qual os órgãos do Estado, inclusive os de segurança, fazem parte do mesmo

espírito que está emoldurado na Constituição do Brasil: o espírito da democracia, da cidadania, da revisão das nossas práticas.

E essa revisão, hoje, é profunda. Nós estamos, efetivamente, num momento em que não apenas o Brasil, como sociedade, se transforma, em que o Brasil, no seu aspecto econômico, se reafirma como país – que não é apenas um país do futuro, mas é um país no qual o futuro já se encontra presente –, mas também é um momento do País no qual as estruturas estatais se transformam, e se transformam de maneira positiva, transformam-se tendo em vista a necessidade de que o servidor público seja, efetivamente, um servidor do público: do País e do público.

Creio que, hoje, é muito visível esse espírito de renovação, em todos os departamentos do Estado brasileiro. A reforma do Estado não pode ser concebida, apenas, como um conjunto de leis – que também são importantes – mas deve ser concebida, muito mais, como um conjunto de práticas, práticas orientadas por aquilo que é um consenso democrático do nosso país.

E vejo que a Polícia Federal, hoje, participa desse esforço. Os dados são impressionantes. O último concurso havido foi em 1987 e a última formatura em 1988. Pois bem, em 1995 foram formados 247 policiais federais e agora, neste ano, 1.104 policiais federais escrivães.

Disse o Dr. Chelotti que, com isso, nós alcançamos a meta do meu Programa de Governo, apresentado ao País antes das eleições. Eu não sabia. Alegria-me. Alegria-me saber que já o estamos cumprindo.

E isso está ocorrendo em vários setores. Nós estamos empenhados, efetivamente, nas transformações da sociedade e, como eu disse, da economia e da estrutura do Estado. Nenhum país contemporâneo, mormente um país com o tamanho da população brasileira, com as carências da população brasileira, pode dispensar a ação do Estado, de um Estado efetivo, de um Estado democrático e de um Estado prestante, de um Estado que presta serviços e não apenas cobra impostos, sem devolver àqueles que pagam – e àqueles que não pagam porque não podem, mas que necessitam do nosso apoio estatal – de uma maneira realmente condigna, que é o que estamos refa-

zendo no Brasil: esta visão de um Estado que tem uma missão a cumprir, que cumpre a sua missão e que, portanto, também espera – e tem – o respeito e o reconhecimento da sociedade.

Se o Presidente hoje está aqui é porque o Presidente respeita o esforço, que está sendo feito, de reconstrução das estruturas estatais, para que elas possam servir melhor ao povo. É um novo momento. E, nesse novo momento, os senhores, especificamente, que são policiais federais, vão ter um papel crescente a cumprir.

Recentemente, nas diretrizes às Forças Armadas, que também fiz e nas quais se encontra um espírito muito renovador e muito ativo, eu assinalava a importância de nós tomarmos em consideração que, com os fenômenos de globalização, não apenas existe uma integração de mercados, mas existem, também, alguns outros efeitos que nós devemos tomar em consideração, entre os quais as transgressões, que hoje são internacionais, e o crime, que se internacionaliza, que se organiza de forma internacional, notadamente o tráfico de drogas.

Nós vamos precisar de uma ação mais efetiva, no Brasil, para fazer face a esses desafios. E aí é um local específico da ação da Polícia Federal – à qual os outros órgãos do Estado, órgãos de inteligência, órgãos de efetiva defesa do País podem prestar e devem prestar e prestarão uma cooperação – mas onde a ação é ação específica da área da Polícia Federal.

Nós precisamos nos preparar crescentemente para termos uma ação também eficaz e uma ação que assegure o que o Ministro Jobim mencionou aqui: a tranqüilidade, a segurança pública e, portanto, a tranqüilidade da cidadania. Essa é uma área que vai chamar a atenção, crescentemente, de todos nós e vai requerer do Estado uma preparação muito efetiva.

Mas a ação dos senhores e das senhoras não se resume a isso. Ainda nesta semana, muitos ouviram, como eu ouvi, como alguns Ministros ouviram, a exposição detalhada do Ministro Jobim, entusiasmante e entusiasmada, a respeito de uma matéria sobre a qual eu pensava que ele fosse jejuo, porque antropólogo fui eu, com um curso pequeno de especialização em Antropologia. Mas a maestria

com que o Ministro Jobim dominou a questão das populações indígenas no Brasil mostra que o Ministro da Justiça, hoje, e os órgãos que compõem esse Ministério realmente devem ter uma formação muito ampla. E nós vamos precisar da cooperação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para assegurar aos indígenas seus direitos, para assegurar a estabilidade jurídica da terra indígena e para assegurar que esses indígenas possam ser localizados de maneira adequada. Isso tudo requer uma presença e uma ação, também, dos órgãos ligados ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal.

No momento em que o Brasil vive, na sua plenitude, a mobilização democrática, as grandes questões sociais passam a ser encaradas como questões normais, mas “normais” não no sentido de que elas não devam ter um tratamento, e um tratamento muito direto; “normais” no sentido de que elas não podem ser concebidas como se fossem um desafio ao Estado e como se fossem alguma coisa desestabilizadora. E, para que não sejam desestabilizadoras, nós precisamos de um aparelho de Estado eficaz, duplamente, na solução das questões sociais e, também, na manutenção da ordem pública.

Nós estamos assistindo a uma grande transformação no Brasil, no que diz respeito à questão do campo. Ainda nesta semana, o Congresso Nacional votou algumas leis decisivas sobre essa matéria e estará votando ainda outras, na semana que vem.

Tudo isso implica um esforço coordenado, dentro da lei, para que nós possamos dar acesso à terra aos que da terra necessitam. Haverá movimentos. Sociedade democrática tem sempre movimentos. Esses movimentos terão que ser, sempre, objeto de preocupação positiva, ou seja, de discussão, de negociação, de encaminhamento. E nós precisamos estar atentos para que isso possa ocorrer num clima de tranquilidade pública, num clima de segurança pública.

E é nesse aspecto construtivo e não repressivo que a ação dos senhores há de se sobressair, nesse novo momento do Brasil. Onde antes havia temor, como disse o Dr. Chelotti, hoje vai haver compreensão. Onde antes havia, em certos momentos, inação, hoje vai haver ação. Tudo isso dentro da lei, tudo isso dentro do espírito da Consti-

tuição, do respeito à cidadania e ao direito de cada um e, portanto, sem deixar também que, num dado momento, haja atropelo de direitos de terceiros em benefício de causas, por mais justas que elas sejam. Dentro do Estado de Direito é preciso, sempre, atender, por meio do diálogo, aos diversos interesses, às diversas reivindicações e é preciso sempre compor soluções democráticas.

Há, portanto, aqui, senhores e senhoras, um amplo campo de ação, um campo de ação que vai requerer não apenas o que, eu tenho certeza, os senhores estão dispostos a mostrar, também, com a destreza física, o bom preparo, a capacidade de agir no momento oportuno e com a competência necessária, mas vai requerer muito mais informação, capacidade analítica, compreensão e capacidade de descortinar soluções possíveis.

E essas soluções possíveis, numa sociedade democrática, não se encontram apenas – embora sejam essenciais também – nas determinações já existentes e no cumprimento do dever, que é necessário, e das ordens que são dadas, mas, muitas vezes, desafiam aqueles que estão na linha de frente, mesmo não dispondo de clareza quanto às determinações, com uma atuação que seja consentânea com o interesse geral, com o interesse democrático e com o respeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, à segurança do cidadão.

Tudo isso requer compreensão intelectual. Tudo isso requer não apenas a disposição física, mas requer, também, a capacidade intelectual, a capacidade analítica. Por isso essas academias são importantes. Não haverá bom profissional que não tenha passado por uma boa academia. Por isso, nós nos empenhamos em reabri-las e em mantê-las com esse espírito, muito vivo, de uma academia à qual acorrem pessoas que sabem que, ao fim e ao cabo, ao terminarem seus cursos, terão melhorado o seu próprio desempenho, terão melhorado como gente, como seres humanos e também como profissionais.

Esse profissionalismo mencionado pelo Dr. Chelotti é fundamental. Num Estado democrático, a polícia há de ser profissional, como qualquer outro setor do Estado; e há de atuar sem sectarismo, sem partidatismo, sem invasões inaceitáveis na privacidade do cidadão,

mas com muita presteza na defesa das leis vigentes e dos interesses da população.

Quero, ao terminar, felicitá-los – felicitá-los e dizer que, ao entrar aqui, ao verificar este anfiteatro e ao ver tanta gente jovem, tendo passado por um curso, e essa quantidade imensa de pessoas, eu não pude deixar de pensar, de imediato: um País que, ao primeiro aceno de renovação, atrai a juventude para as funções de Estado, é um país que tem, realmente, um futuro promissor.

Tenho certeza de que os senhores estarão aí sempre presentes e prestes a permitir que o futuro deste nosso País seja cada vez melhor para todos nós, para os cidadãos, e que nós possamos, efetivamente, chegar ao limiar das sociedades que são sociedades desenvolvidas. E não há sociedade que se desenvolva plenamente sem ser, também, uma sociedade respeitadora dos direitos humanos e democrática. É a isso que eu os convido.

Muito obrigado.